



ANEXO IV - MAPA DE RISCOS

Processo Administrativo nº:	19973.006630/2026-66
Objeto:	Credenciamento de Microempreendedores Individuais (MEIs) interessados em prestar serviços não continuados, sem dedicação de mão de obra exclusiva, de organização, promoção e apoio a ações institucionais promovidas pelos órgãos compradores.
Data de Início da Contratação:	a partir de 10 de junho de 2026
Unidades:	CENTRAL DE COMPRAS - MGI

Fase de análise: Planejamento da Contratação (antes da publicação do Edital)

Seq.	Risco	Causa do Risco	Impactos	Nível do Risco	Probabilidade	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
1	<b>Não conformidade Legal e Regulatória do Credenciamento</b>	Falta de alinhamento das demandas e soluções de mercado com as normas produzidas e/ou vigentes	1. Não atendimento dos objetivos pactuados para o Contrata+ Brasil enquanto tecnologia desenvolvida para melhoria na eficiência das compras públicas 2. Revogação do edital de credenciamento 3. Atrasos no Processo de Credenciamento 4. Possíveis danos à imagem dos Órgãos Central e Administrador	<b>Moderado</b>	<b>Pouco Provável</b>	1. Correta avaliação das necessidades da administração pública e das limitações de mercado nas diversas realidades existentes 2. Revisão jurídica detalhada: Realizar revisões administrativas e jurídicas detalhadas de todos os documentos de contratação para garantir conformidade com leis e regulamentos aplicáveis	1. Órgão Central 2. Órgão Administrador	1. Reedição das disposições trazidas pelo DECRETO nº 11.878/2024, de modo a compatibilizar a norma com o desenho da contratação 2. Promoção de canal de comunicação eficiente com a assessoria jurídica para obtenção de orientações e esclarecimentos quando necessário, inclusive mediante solicitação de pareceres jurídicos.	Órgão Central e Órgão Administrador
2	<b>Listagem de serviços disponíveis na plataforma que não atendam à necessidade dos órgãos compradores</b>	Limitações trazidas pela Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018	1. Não atendimento da demanda do Órgão Comprador e não utilização da plataforma	<b>Moderado</b>	<b>Pouco Provável</b>	1. Adequado estudo das soluções de mercado 2. Adequada especificação dos serviços 3. Análise adequada para o desenho do credenciamento pretendido	1. Órgão Central 2. Órgão Administrador	1. Análise das principais necessidades dos órgãos compradores; 2. Instrução de novos credenciamentos/editais para inclusão no rol de serviços da plataforma 3. Realização de contratações convencionais	Órgão Central e Órgão Administrador
3	<b>Não previsão do serviço no plano de contratações anual (PCA), sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração</b>	Ausência de planejamento quanto ao serviço demandado por parte do Órgão Comprador	1. Impossibilidade de contratação no exercício 2. Alteração do PCA por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente	<b>Pequeno</b>	<b>Provável</b>	1. Racionalização das contratações das unidades administrativas do Órgão Comprador, por meio da promoção de contratações centralizadas e compartilhadas, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais 2. Orientar o Órgão Comprador quanto à necessidade do planejamento.	Órgão Comprador	1. Lançamento de demanda extemporânea fundamentada em justificativa aceita pela autoridade competente do órgão comprador	Órgão Comprador

5	<b>Restrição da prestação de serviços aos fornecedores constituídos MEIs</b>	A flexibilização trazida pelas contratações de pronto pagamento, nos limites fixados na Lei nº 14.133/2021 e atualizados pelo Decreto nº 12.343/2024	1. Redução do universo de possíveis prestadores de serviço	<b>Pequeno</b>	<b>Pouco Provável</b>	1. Divulgações locais junto aos MEIs ainda não inscritos na plataforma das oportunidades criadas	Órgão Comprador	1. Formalização de contratações diretas ou licitações para atendimento das demandas que não se enquadrarem como pronto pagamento	Órgão Comprador
---	--	--	--	----------------	-----------------------	--	-----------------	--	-----------------

**Fase de análise: Seleção de Fornecedores (entre a publicação do Edital e a assinatura do contrato ou documento equivalente)**

Seq.	Risco	Causa do Risco	Impactos	Nível do Risco	Probabilidade	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
1	<b>Não preenchimento adequado do formulário de criação de oportunidade</b>	1. Não observância do § 1º do artigo 15 da IN SEGES /MGI Nº 52/2025	1. Impossibilidade de contratação, prestação e/ou pagamento	<b>Grande</b>	<b>Provável</b>	1. Conhecimento e análise adequada dos requisitos presentes na IN SEGES /MGI Nº 52/2025	Órgão Comprador	1. Adequação da demanda; 2. Criação de nova oportunidade de negócio	Órgão Comprador
2	<b>Baixa adesão por parte dos Microempreendedores Individuais</b>	1. Escolha inadequada da solução de mercado 2.Desinteresse do mercado 3. Falta de clareza/simplicidade do objeto	1. Não atendimentos dos objetivos pactuados para a plataforma de negócios 2. Não atendimento política pública de MEI que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária 3. Baixa competitividade	<b>Moderado</b>	<b>Pouco Provável</b>	1. Ampla divulgação nos sites e redes sociais oficiais, bem como realização de eventos, treinamentos, exposições, palestras, workshops (presenciais ou online) para divulgação da Plataforma Brasil	Órgão Central	1. Realização de eventos, treinamentos, exposições, palestras, workshops (presenciais ou online) para divulgação do Contrata+ Brasil	Órgão Central
3	<b>As necessidades de contratação serem superiores ao faturamento anual dos MEIs (R\$ 81mil).</b>	Alta demanda por serviços de eventos.	1. Prejuízo pelo desenquadramento dos MEIs sem o planejamento adequado	<b>Moderado</b>	<b>Provável</b>	1. Criar mecanismos de controle das transações por fornecedor	Órgão Central	1. Contratação dos serviços por outros meios, e quais sejam: contratações diretas ou licitações.	Órgão Comprador.
4	<b>Baixa adesão por parte dos órgãos da Administração Pública.</b>	1. Falta de conhecimento sobre a plataforma Contrata+ Brasil	1. Não atendimento dos objetivos pactuados para o Contrata+ Brasil enquanto plataforma de negócios públicos, módulo integrado à plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg).	<b>Pequeno</b>	<b>Pouco Provável</b>	1. Ampla divulgação nos sites e redes sociais oficiais, bem como realização de eventos, treinamentos, exposições, palestras, workshops (presenciais ou online) para divulgação da Plataforma Brasil junto aos órgãos da Administração Pública.	1. Órgão Central 2. Órgão Administrador	1. Realização de eventos, treinamentos, exposições, palestras, workshops (presenciais ou online) para divulgação do Contrata+ Brasil junto aos órgãos da Administração Pública.	1. Órgão Administrador.

5	<b>Falta de transparência na seleção dos fornecedores</b>	1. Não delimitação clara dos critérios de seleção 2. Julgamento da melhor proposta em desacordo com o critério de julgamento estabelecido na criação da oportunidade	1. Prejuízos à transparência e isonomia da contratação	<b>Moderado</b>	<b>Provável</b>	1. Preenchimento adequado do Formulário de Criação da Oportunidade e definição dos critérios de seleção 2. Julgamento realizado estritamente com base nas determinações contidas na criação da oportunidade	Órgão Comprador	1. Devida publicidade e transparência ao processo seletivo 2. Aderência às normas e aos requisitos da Plataforma	Órgão Comprador
6	<b>Ausência de reserva orçamentária para fazer frente à demanda cadastrada na plataforma</b>	1. Não observância do artigo 16 da IN SEGES /MGI Nº 52/2025	1. Não realização do pagamento ao fornecedor contratado	<b>Grande</b>	<b>Pouco Provável</b>	1. Conhecimento e análise adequada dos requisitos presentes na IN SEGES /MGI Nº 52/2025	Órgão Comprador	1. o órgão comprador deve justificar a situação e buscar soluções dentro do planejamento orçamentário 2. Se o não pagamento ocorrer por má gestão ou irregularidades, os gestores responsáveis podem ser penalizados administrativa, civil ou criminalmente, dependendo do caso.	Órgão Comprador
7	<b>Direcionamento</b>	1. Customização (excessiva) na descrição dos itens	1. Comprometimento da competitividade	<b>Moderado</b>	<b>Provável</b>	1. Elaboração pelo órgão requisitante, de especificações objetivas e adequadas e análise crítica das especificações do objeto contratual e das exigências de qualificação técnica sugeridas pelo demandante, com fins a evitar excessos.	Órgão Comprador	1. Avaliação adequada da demanda 2. Avaliação das soluções de mercado disponíveis 3. Revisão dos artefatos para eliminação das especificações e critérios que geram direcionamento.	Órgão Comprador
8	<b>Sobrepço sobre os serviços demandados</b>	1. Estimativa de preços deficiente	1. Dano ao erário 2. Perda de oportunidade de geração de economia para a Administração.	<b>Moderado</b>	<b>Provável</b>	1. Ampliação da pesquisa de preços com diversificação de fontes; 2. Utilizar metodologia de cálculo, conforme normas vigentes; 3. Considerar os custos transacionais da contratação	Órgão Comprador	1. Revisão de custos para sua adequação à realidade do mercado; 2. Cadastramento de nova oportunidade de negócio, se tempestiva.	Órgão Comprador
9	<b>Concentração excessiva das contratações em poucos fornecedores</b>	1. Assimetria regional ou baixa quantidade de fornecedores ativos	1. Redução da competitividade. 2. Dependência excessiva de determinados fornecedores.	<b>Moderado</b>	<b>Provável</b>	1. Ampla divulgação nos sites e redes sociais oficiais, bem como realização de eventos, treinamentos, exposições, palestras, workshops (presenciais ou online) para divulgação da Plataforma Brasil junto aos fornecedores.	1. Órgão Central 2. Órgão Administrador	1. Realização de eventos, treinamentos, exposições, palestras, workshops (presenciais ou online) para divulgação do Contrata+ Brasil voltados ao cadastro de fornecedores.	1. Órgão Central

10	<b>Seleção de fornecedor sem experiência mínima para execução do evento</b>	1. Critérios de seleção insuficientes	1. Baixa qualidade na prestação dos serviços. 2. Comprometimento do evento institucional.	<b>Moderado</b>	<b>Pouco Provável</b>	1. Definição de requisitos mínimos compatíveis com a complexidade da demanda.	1. Órgão Comprador	1. Rescisão contratual e convocação de novo fornecedor.	Órgão Comprador
----	---	---------------------------------------	--	-----------------	-----------------------	---	--------------------	---	-----------------

**Fase de análise: Gestão do Contrato (após a assinatura do contrato ou documento equivalente)**

Seq.	Risco	Causa do Risco	Impactos	Nível do Risco	Probabilidade	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
1	<b>Cometimento de qualquer das infrações previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021.</b>	1. Conduta inadequada por parte do MEI credenciado	1. Inexecução parcial ou total do contrato; 2. Cancelamento ou paralisação do evento por falha do fornecedor; 3. Prejuízo à imagem institucional; 4. Insatisfação dos usuários.	<b>Moderado</b>	<b>Alta</b>	1. Termo de Credenciamento com adequada metodologia de execução dos serviços.	1. Órgão Comprador.	1. Notificação do MEI; 2. Abertura do processo de apuração de responsabilidade administrativa nos termos do artigo 156 da Lei 14.133/2021. 3. inativação temporária da inscrição	1. Órgão Comprador.
2	<b>Descumprimento das obrigações previdenciárias por parte do MEI.</b>	1. Não atendimento da legislação por parte do MEI	1. Rescisão contratual.	<b>Pequeno</b>	<b>Provável</b>	1. Regularização junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, se possuir empregado.	1. Fornecedor inscrito.	1. Notificação da contratada.	1. Órgão Comprador.
3	<b>Descumprimento de normas de acessibilidade no evento.</b>	1. Desconhecimento da legislação ou falhas na execução.	1. Exclusão de participantes. 2. Responsabilização do órgão.	<b>Grande</b>	<b>Pouco Provável</b>	1. Inclusão de requisitos de acessibilidade nas especificações da contratação.	1. Órgão Comprador	1. Notificação do MEI; 2. Abertura do processo de apuração de responsabilidade administrativa nos termos do artigo 156 da Lei 14.133/2021.	1. Órgão Comprador.
4	<b>MEI credenciado não apresentar documentação complementar e/ou não assinar o contrato ou instrumento equivalente.</b>	1. Falta de diligência por parte do fornecedor.	1. Impossibilidade de contratação do MEI.	<b>Grande</b>	<b>Provável</b>	1. Realização de ações (unilaterais ou conjuntas) de divulgação e instrução aos MEIs locais	1. Órgão Comprador.	1. Concessão de prorrogações e dilação de prazos; 2. Novas publicações de demanda na plataforma por parte do Órgão Comprador.	1. Órgão Comprador.
5	<b>Incompatibilidade técnica do serviço com as necessidades do órgão comprador, falhas na especificação ou falta de expertise do fornecedor</b>	1. Falhas nas especificações dos serviços demandados; 2. Seleção dos contratados	1. Atrasos na execução; 2. aumento de custos; 3. insatisfação dos usuários	<b>Pequeno</b>	<b>Provável</b>	1. Realizar avaliações detalhadas durante o planejamento da demanda; 2. Incluir requisitos técnicos que garantam a conformidade técnica do objeto. 3. Selecionar fornecedores com comprovada experiência e qualificação	1. Órgão Comprador 2. Contratado	1. Revisão e ajuste da demanda respeitando as diretrizes estabelecidas no artigo 124 da Lei 14.133/2021; 2. Aplicação de sanções por descumprimento de especificações. 3. Rescisão contratual, se necessário	1. Órgão Comprador.

6	<b>Monitoramento ineficiente - Tipo I</b>	1. Falhas na liquidação e sinalização de que os bens ou serviços foram realizados;	1. Mora no pagamento dos serviços	<b>Pequeno</b>	<b>Provável</b>	1. Realização de adequada fiscalização, supervisão e gerenciamento dos serviços	1. Órgão Comprador.	1. Ajustes na fiscalização, supervisão e gerenciamento dos serviços	1. Órgão Comprador.
7	<b>Monitoramento ineficiente - Tipo II</b>	1. Falhas na sinalização dos bens ou serviços.	1. Mora no pagamento dos serviços	<b>Pequeno</b>	<b>Provável</b>	1. Realização adequada dos registros por parte dos Órgãos Compradores.	1. Órgão Comprador.	1. Ajustes na fiscalização, supervisão e gerenciamento dos serviços	1. Órgão Comprador.
8	<b>Ocorrência de acidente de trabalho</b>	1. Não observância das regras de segurança do trabalho por parte do Fornecedor Inscrito.	1. Lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho; 2. Possibilidade do Órgão Comprador ser acionado judicialmente sobre demandas relacionadas a ocorrência de acidente de trabalho.	<b>Grande</b>	<b>Pouco Provável</b>	1. Na fase de planejamento, estabelecer a relação de equipamentos de segurança (EPIs/EPCs) que o Fornecedor Inscrito deverá utilizar; 2. Durante a execução dos serviços, fiscalizar e exigir o uso dos equipamentos de segurança (EPIs/EPCs).	1. Órgão Comprador; 2. Órgão Administrador.	1. Notificação do MEI; 2. Abertura do processo de apuração de responsabilidade administrativa nos termos do artigo 156 da Lei 14.133/2021. 3. Rescisão contratual.	1. Órgão Comprador.
9	<b>O Órgão Comprador demandar a execução de serviços ou tarefas estranhas ao objeto da contratação, mesmo que haja anuência do contratado.</b>	1. Negligência, imperícia ou imprudência por parte do agente público 2. Cometimento de ilicitude por parte do agente público	1. Impossibilidade de pagamento dos serviços; 2. Cometimento de improbidade administrativa	<b>Grande</b>	<b>Provável</b>	1. Definição clara dos serviços demandados 2. Fiscalização adequada dos serviços 3. Receber os serviços prestados pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.	1. Órgão Comprador	1. Promoção de alterações contratuais nos limites estabelecidos pelo artigo 124 da Lei 14.133/2021; 2. Abertura de processo administrativo para apuração da conduta; 3. Criação de novas oportunidades de negócio que englobe a necessidade do órgão; 3. Instrução de novos processos de contratação por meio de licitação ou contratação direta.	1. Órgão Comprador
10	<b>Vazamento de dados pessoais de participantes dos eventos.</b>	1. Tratamento inadequado de listas de presença ou credenciamentos.	1. Violação da LGPD. 2. Dano reputacional e responsabilização administrativa.	<b>Grande</b>	<b>Pouco Provável</b>	1. Orientação quanto à LGPD e adoção de controles de acesso às informações.	1. Órgão Comprador	Comunicação do incidente à ANPD e adoção das medidas previstas na LGPD.	1. Órgão Comprador e Contratado
11	<b>Subcontratação irregular dos serviços por parte do MEI</b>	1. Tentativa de ampliar capacidade operacional sem autorização.	1. Execução por terceiros não avaliados. 2. Risco de baixa qualidade dos serviços.	<b>Moderado</b>	<b>Pouco Provável</b>	1. Orientação expressa sobre as regras do credenciamento e fiscalização da execução.	1. Órgão Comprador	1. Notificação do MEI; 2. Abertura do processo de apuração de responsabilidade administrativa nos termos do artigo 156 da Lei 14.133/2021. 3. Rescisão contratual.	1. Órgão Comprador.

Documento assinado eletronicamente

Documento assinado eletronicamente

Documento assinado eletronicamente

**PATRÍCIA TATIANA FERREIRA RAMOS**  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

**DANIEL NAZARENO SOUZA DE OLIVEIRA**  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

**RUTE CLEA PEREIRA DE NORONHA**  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

De acordo.

*Documento assinado eletronicamente*

**LEVI SANTOS DUARTE**

Coordenador-Geral de Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Rute Cléa Pereira de Noronha**, **Coordenador(a)-Geral Substituto(a)**, em 08/06/2026, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Nazareno Souza de Oliveira**, **Administrador(a)**, em 08/06/2026, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Tatiana Ferreira Ramos**, **Administrador(a)**, em 08/06/2026, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Levi Santos Duarte**, **Coordenador(a)-Geral**, em 08/06/2026, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **61915439** e o código CRC **DFDD7D9F**.

Referência: Processo nº 19973.006630/2026-66.

SEI nº 61915439